

POLISSEMIA CONSTRUCIONAL E CONVENCIONALIZAÇÃO: O CASO DA CONSTRUÇÃO DITRANSITIVA

Maria Angélica FURTADO DA CUNHA¹

Resumo: Este trabalho investiga a polissemia da construção ditransitiva com base nos pressupostos teórico-metodológicos da *Linguística Funcional Centrada no Uso*, que concebe a gramática como produto da estruturação de aspectos sociocomunicativos e cognitivos da linguagem. Ancorada sobretudo em Goldberg (1995), Traugott (2008) e Bybee (2010), assumo que a construção ditransitiva resulta da convencionalização de um evento de transferência cujo sentido central é “agente faz com que o recipiente receba o paciente”. Com base nesse sentido, o falante estende o uso do padrão estrutural S V OI OD para outros tipos de evento que se afastam do significado associado a verbos de transferência. Os dados empíricos analisados provêm do *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), do Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) e de Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Foram examinados dois padrões discursivos: narrativas e relatos de procedimento, nas modalidades falada e escrita, produzidos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e estudantes universitários do último semestre.

Palavras-chave: Construção ditransitiva. Polissemia. Convencionalização. Linguística Funcional.

¹ Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. angefurtado@gmail.com

Introdução

Este trabalho investiga a polissemia da construção ditransitiva (CD)² com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A CD é definida aqui como uma construção que consiste de um verbo ditransitivo, um argumento agente (A), um argumento recipiente (R) e um argumento paciente (P). Essa definição leva em conta o significado da construção, sendo irrelevante a manifestação formal dos argumentos (cf. MALCHUKOV, HASPELMATH, COMRIE, 2010). Assim, essa definição não corresponde sintaticamente à construção ditransitiva tal como definida por Goldberg (1995). Enquanto no inglês o dativo – recipiente da ação verbal – é codificado preferencialmente como um SN na posição imediatamente posterior ao verbo e antes do objeto direto (OD), no português do Brasil (PB), o dativo é geralmente codificado antes do OD (72% em 354 ocorrências), como um pronome em posição pré-verbal ou como um SPrep em posição pós-verbal. Nesse sentido, temos dois padrões sintáticos diferentes – S OI V OD e S V OI OD³ – associados ao mesmo significado. Pragmaticamente, eles também são diferentes já que o recipiente, no primeiro padrão, é mais proeminente e tópico do que no segundo.⁴

De acordo com a LFCU⁵ a gramática é produto da estruturação de aspectos sociocomunicativos e cognitivos da linguagem. Nessa linha, os usos linguísticos resultam de modelos convencionalizados com base na interface linguagem, cognição e ambiente sócio-histórico. A inter-relação dessas três

2 A construção ditransitiva também é denominada construção dativa em trabalhos sobre o português ou sobre o inglês, quando o recipiente é codificado como SPrep.

3 Uso a sigla OI para referir aos dois tipos de codificação – pronome ou Sintagma Preposicionado – do objeto indireto em português.

4 Vale ressaltar que, no caso da CD do português, tratar como uma mesma construção dois padrões sintáticos diferentes não contraria o Princípio da Não-Sinonímia (GOLDBERG, 1995), já que os dois padrões são semanticamente equivalentes, mas diferem em termos pragmáticos.

5 Para maior detalhamento da LFCU, ver Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013).

dimensões motiva a fixação de padrões gramaticais, via ritualização, a partir de ambientes interacionais específicos. Sendo assim, a LFCU defende uma relação estreita entre a codificação linguística e o uso que os falantes fazem da língua em situações reais de interação comunicativa. Nesse cenário, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura plástica, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem, em virtude de necessidades cognitivas e/ou comunicativas (BYBEE, 2010). O sistema linguístico tem uma natureza eminentemente dinâmica, já que surge da adaptação das habilidades cognitivas humanas a eventos de comunicação específicos e se desenvolve com base na repetição ou ritualização desses eventos.

Dada a natureza de relativa estabilidade da estrutura linguística, a LFCU direciona seu foco de interesse para a interdependência entre forma e função, buscando no texto produzido em situação real de interação subsídios que forneçam explicações para a codificação morfossintática. Ancorada na natureza adaptativo-funcional da linguagem, que se manifesta em fenômenos de variação e mudança, a LFCU, como todas as vertentes funcionalistas, descarta a hipótese de que a gramática apresenta regras fixas, que se aplicam em qualquer situação. Ao contrário, assume que os falantes tendem a adaptar sua fala aos diferentes contextos de comunicação, o que significa que as regras mais gerais são ativadas em combinação com eventos específicos de uso.

Seguindo esse campo de estudos, a gramática, ou sintaxe, está diretamente relacionada a fatos de caráter semântico e/ou discursivo-pragmático. Defende-se, pois, uma simbiose entre discurso e gramática, que interagem e se influenciam mutuamente. O discurso é aqui tomado como o uso criativo da língua em contextos de comunicação; por sua vez, a gramática é tida como uma estrutura em constante mutação e adaptação, em consequência das eventualidades do discurso. Desse modo, a análise dos dados linguísticos deve levar em conta o uso da língua em situação concreta de intercomunicação.

Estabelecido esse quadro geral, o objetivo deste artigo é investigar a manifestação de polissemia construcional e convencionalização resultantes do impacto que a frequência de uso de uma dada construção tem sobre a memória dos usuários da língua. O objeto de estudo específico é uma construção de estrutura argumental (CEA) – a construção ditransitiva.

Quanto à metodologia, a análise integra fatores quantitativos e qualitativos. Os dados empíricos foram coletados no *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), do Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) e de Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Foram contemplados dois padrões discursivos:⁶ narrativas e relatos de procedimento, nas modalidades falada e escrita, produzidos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e estudantes universitários do último semestre. O material analisado consiste de 121.686 palavras, sendo 100.654 dos textos falados e 21.032 dos textos escritos correspondentes.

Nas seções seguintes, introduzo a construção como unidade básica da língua e apresento sua definição; focalizo especificamente a construção de estrutura argumental ditransitiva, analisando dados interacionais; discuto as questões de polissemia construcional e convencionalização envolvidas nessa construção; e defendo que o padrão ditransitivo reflete herança por polissemia, tal como formulado por Goldberg (1995).

A construção como unidade básica da língua

Formulada no quadro da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções prevê que todas as unidades da língua são simbólicas – desde morfemas simples, passando por expressões idiomáticas, estruturas sintáticas (GOLDBERG, 1995, 2006), até padrões textuais (ÖSTMAN; FRIED, 2005). Logo, o conceito de construção dá conta de um grande número de unidades

⁶ Narrativas e relatos de procedimento representam um padrão discursivo, que, segundo Östman e Fried (2005), constitui-se um par forma-função relativamente convencionalizado, em que o nível formal corresponde às relações e organização internas e o funcional, às relações contextuais e pragmáticas.

linguísticas, dispostas num *continuum*, de modo que a distinção entre elas é gradiente e não discreta.

A construção é definida como um pareamento de forma-sentido que tem significado próprio, esquemático, parcialmente independente das palavras que a compõem, servindo, pois, como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de elementos da mesma natureza (cf. GOLDBERG, 1995). Nessa definição, *sentido* compreende propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivo-funcionais relacionadas a uma determinada configuração estrutural, ou seja, todos os aspectos convencionalizados da função da construção, incluindo as particularidades da situação descrita no enunciado, as propriedades do discurso em que este ocorre e o próprio contexto de uso (CROFT, 2001).

Já que qualquer elemento formal associado diretamente a algum sentido é uma construção, a divisão estrita entre léxico e gramática deixa de existir para a LFCU. Goldberg (1995) esclarece que a diferença entre construções lexicais e construções sintáticas deve-se ao grau de complexidade interna de cada uma delas. Assim, as construções podem ser atômicas ou complexas, diferenciando-se de acordo com seu grau de complexidade e/ou especificação. Quando falamos, selecionamos itens lexicais e construções armazenados no léxico; cada um desses elementos contribui com um componente de significado, os quais são fundidos de forma: (i) inteiramente inovadora, dando origem a construções abertas, como as formadas por sujeito e predicado; (ii) lexicalizada em alguma medida, produzindo as construções parcialmente especificadas, do tipo *quanto mais x, mais y*; e (iii) totalmente idiomática, gerando as construções inteiramente especificadas, como *vai com Deus!*. As construções são adquiridas através de um processo de categorização baseado em instâncias aprendidas, de modo que padrões frequentes no uso interacional da língua são estocados como parte do repertório linguístico do falante. Portanto, para a LFCU a unidade básica da gramática é a construção, que pode ser caracterizada por qualquer elemento formal diretamente associado a algum sentido, alguma função pragmática ou alguma estrutura informacional.

Convém frisar que as construções são esquemas abstratos e convencionais, que se instanciam no uso linguístico por meio de ocorrências específicas, de acordo com Bybee e Hopper (2001). Bybee (2010) defende a ideia de que a maioria das construções é parcialmente esquemática, com posições vazias que podem ser preenchidas com uma categoria de itens semanticamente definidos. Por outro lado, ela salienta que as construções geralmente têm algumas partes fixas que são cruciais para o estabelecimento do exemplar prototípico. A proposta de Traugott (2008) é mais elaborada e contempla um sistema hierárquico organizado em quatro níveis: as macroconstruções são os esquemas de nível mais alto, mais abstrato, seguidas pelas mesoconstruções, que compreendem conjuntos de microconstruções com comportamento semelhante; as microconstruções representam tipos de construção individuais e, por fim, os construtos correspondem a ocorrências empiricamente atestadas de microconstruções.

Na pesquisa realizada, adoto uma abordagem construcionista ampla, nos termos de Noël (2008), compatível com o princípio básico, compartilhado por todas as variantes da Gramática de Construções (CROFT; CRUSE, 2004), de que os padrões sintáticos têm significado. Assim, descarto as diferentes formalizações empregadas por essas variantes.

A construção de estrutura argumental ditransitiva

Em seu livro de 1995, Goldberg focaliza as construções de estrutura argumental, “uma subclasse especial de construções que fornece os meios básicos de expressão oracional em uma língua” (p. 3).⁷ A autora considera que algumas CEA correspondem aos tipos oracionais mais básicos e, em seu sentido central, codificam situações que são fundamentais à experiência humana, como movimento, transferência, causação, posse, estado ou mudança de estado. Desse modo, os padrões oracionais de uma língua envolvem construções,

⁷No original: “[...] a special subclass of constructions that provides the basic means of clausal expression in a language”.

ou seja, o verbo principal se combina com uma construção de estrutura argumental (transitiva, intransitiva, ditransitiva, etc.).

Na mesma direção, Langacker (1991) afirma que os modelos cognitivos fundamentais para nossa experiência e concepção do mundo subjazem aos valores prototípicos de certos construtos gramaticais que pertencem à estrutura da oração, do mesmo modo que a estrutura dos eventos – a rigor, nossa *concepção* dos eventos – também é gramaticalmente significativa.

Tomasello (2003) se refere à concepção de construções linguísticas como esquemas cognitivos, isto é, procedimentos relativamente automatizados para atingir determinados objetivos comunicativos. Para esse autor, os formatos oracionais são motivados pela cognição humana, por meio do modelo de evento e pela comunicação, mediante os objetivos e necessidades comunicativas dos interlocutores. A frequência de ocorrência de um dado formato serve para fixá-lo no repertório do falante e torná-lo uma unidade de processamento.

Uma língua fornece recursos alternativos para se falar sobre o mesmo evento referencial (falar sobre algo) em circunstâncias comunicativas diferentes. As construções linguísticas são essencialmente esquemas cognitivos do mesmo tipo que existem em outros domínios da cognição, em outras habilidades cognitivas, ou seja, procedimentos relativamente automatizados para fazer coisas (nesse caso, comunicativamente). As construções podem ser extremamente gerais e abstratas no sentido de que não são definidas por palavras em particular, mas por categorias de palavras e suas relações. Cada um dos esquemas linguísticos abstratos tem significado próprio, relativamente independente dos itens lexicais envolvidos. Para Tomasello (1998, p. xviii), “todas as construções derivam de eventos ou tipos de eventos recorrentes, com relação aos quais as pessoas de uma cultura têm objetivos comunicativos recorrentes”.⁸

O sentido central da construção ditransitiva no português é, como em inglês (GOLDBERG, 1995, p. 38) e em espanhol (GARCÍA-MIGUEL; COMESAÑA,

⁸ No original: “All constructions [...] derive from recurrent events or types of events, with respect to which the people of a culture have recurrent communicative goals”.

2004, p. 411), “agente faz com que o recipiente receba o paciente”,⁹ isto é, o significado de transferência associado a verbos de oferecimento, cujo protótipo é *dar*. Os padrões estruturais associados a esse sentido central são S OI V OD e S V OI OD.¹⁰

No *corpus* sob análise, foram encontradas 387 ocorrências (319 na fala e 68 na escrita) de orações cujos verbos são acompanhados por um elemento tradicionalmente classificado como objeto indireto mais SN objeto direto. Dado o volume textual pesquisado (121.686 palavras), vê-se que verbos com essa configuração de três argumentos não são muito frequentes no uso da língua.

Esses verbos triargumentais são do tipo semântico de ação-processo (CHAFE, 1979; BORBA, 1996), ou seja, expressam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou na localização do paciente, como no fragmento:

- (1) ... então eu observei isso em uma pessoa ... aí a gente queria **entregar** *o prêmio a essa pessoa* ... (D&G/Natal, p. 180, língua falada)¹¹

Os verbos de ação-processo representam um típico evento de transferência, em que um agente animado (Sujeito) transfere (= afeta, causando a mudança de localização ou estado) um elemento paciente (Objeto Direto) para uma entidade humana recipiente (Objeto Indireto). No *corpus* examinado, foram atestadas 105 ocorrências (*tokens*) de verbos de transferência, distribuídas em 16 tipos (*types*), com 78 casos na fala e 27 na escrita. Entre esses, o mais frequente (45 ocorrências, 42% do total) é *dar*, que representa o verbo de transferência prototípico. A prototipicidade de *dar* se deve ao fato de que sua semântica lexical (*i.e.*, sua moldura semântica) é idêntica à semântica da construção ditransitiva.

A postulação desse sentido central se justifica porque ele envolve transferência concreta, e não metafórica ou abstrata e, como já demonstrado

9 No original: “[...] agent successfully causes recipient to receive patient”.

10 Cf. nota de rodapé 3.

11 Nos enunciados, o verbo está em negrito, o OD está sublinhado e o OI, em itálico.

diacrônica (TRAUGOTT, 1988; SWEETSER, 1990) e sincronicamente (LAKOFF; JOHNSON, 1980), significados concretos são mais básicos. Vejam-se alguns dados:

- (2) ... Quando o paciente e particular, ou seja, a consulta, o mesmo paga a consulta eu **dou-lhe o recibo** e, em seguida, o paciente se consulta [...]
(D&G/Natal, p. 268, língua escrita)
- (3) tá lembrado dos detalhes da ... da tela **que** você **me presenteou**?
(D&G/Natal, p. 152, língua falada)

Outro tipo de verbo que ocorre frequentemente com OD e OI é o verbo *dicendi*,¹² que expressa uma atividade que pode ser metaforicamente interpretada como um evento de transferência, em que aquilo que é dito (OD efetuado)¹³ é transferido para um interlocutor (OI recipiente). Por meio de uma metáfora comum, a fala sai, como em movimento, de um falante para um ouvinte; o ouvinte é o destino final da ação.¹⁴ Daí servirmo-nos da preposição *para (pra)* em construções coloquiais como *ele falou isso pra mim*.

No *corpus*, os verbos *dicendi* correspondem a 282 dados, 241 na fala e 41 na escrita, distribuídos em 17 tipos. O mais frequente é o verbo *contar*, com 160 ocorrências (57%).¹⁵ Seguem alguns dados:

¹² A respeito dos verbos *dicendi* ou de enunciação, ver Furtado da Cunha (2006, 2012).

¹³ O objeto direto de um verbo de enunciação, como *falar*, é criado pela ação do verbo, e não transformado, como acontece com o objeto dos outros verbos de ação-processo. Hopper (1985) chama esse caso de *objeto efetuado*, para distingui-lo de objeto afetado.

¹⁴ Esse é um caso de metáfora do conduto, definida por Reddy (1979). Ela opera quando o falante “insere” seu conteúdo mental (ideias, significados, conceitos etc.) em recipientes (palavras, frases, orações etc.), cujo conteúdo é então “extraído” pelo seu interlocutor para que a unidade linguística seja interpretada.

¹⁵ A recorrência de verbos *dicendi* está relacionada ao tipo de amostra examinada: entrevista semiplanejada em que o informante é estimulado a narrar experiências pessoais ou estórias que leu ou ouviu. Daí a alta frequência de verbos como *contar, dizer, falar*. *Contar*, especificamente, ocorre toda vez que uma entrevista começa, quando a entrevistadora estimula o estudante a produzir seu discurso: “eu queria que agora você me contasse uma história que tenha acontecido com você”.

- (4) então seu amigo começou a dá em cima dela, mais ela não aceitou, mas seu amigo **contou-lhe** uma estória mentirosa ... (D&G/Natal, p. 266, língua escrita)
- (5) ele passou muitos dias assim ... sabe? aéreo ... [...] e num dizia pra onde ia ... saía sem camisa ... ia pro supermercado fazer feira ... ia assim por instinto ... sabe? num **dizia nada pra ninguém** ... (D&G/Natal, p. 224, língua falada)
- (6) ele começou a ver de novo esse cara e **falou pra esse velho** também que tava vendo esse cara e começou a falar né ... (D&G/Natal, p. 30, língua falada)

É possível, portanto, agrupar os verbos de transferência (*dar, entregar, oferecer, mostrar*, por exemplo) com os verbos *dicendi* (*dizer, contar, perguntar, pedir*)¹⁶ na medida em que, semanticamente, esses verbos compartilham o mesmo conjunto de papéis participantes: agente, paciente e recipiente, ou seja, os papéis argumentais da construção ditransitiva.

A noção de *construção* pode explicar o agrupamento dos verbos de transferência concreta (*dar, entregar, oferecer* etc) e os verbos *dicendi*, de transferência metafórica (*dizer, contar, falar* etc). Sob o ângulo da construcionalização, o significado de padrões construcionais, como a construção ditransitiva, é necessariamente mais esquemático do que o significado do verbo, uma vez que a construção pode acomodar verbos de domínios semânticos relativamente diferentes. Ao mesmo tempo, esquemas construcionais fornecem conceitualizações alternativas compatíveis com o mesmo verbo.

Nesse sentido, primeiramente define-se a construção ditransitiva com base nos papéis de agente, paciente e recipiente a ela associados, para então relacionar a classe de verbos que podem instanciá-la. Assim, a natureza triargumental de uma oração remete diretamente à construção ditransitiva abstrata que essa oração atualiza, ao passo que o verbo está relacionado a um ou mais sentidos

16 Outros autores (BERLINCK, 1996; MATEUS et al., 2003, por exemplo) também agrupam os verbos ditransitivos em termos dos papéis temáticos dos seus argumentos.

básicos que devem estar integrados no significado da construção. Há, pois, uma forte interação entre o significado do verbo e o significado construcional, conforme aponta Goldberg (1995).

O significado básico de transferência (concreta ou abstrata) da construção ditransitiva é responsável pelo fato de que há três participantes envolvidos no evento denotado, representados pelos papéis de agente, paciente e recipiente. A esse tipo de construção é, então, associada uma classe de verbos que a ela se ajustam. Logo, a interpretação total de uma oração depende tanto do sentido central da construção como do significado do verbo que está integrado nessa oração: embora independentes, construções e verbos são inter-relacionados.

Há, pois, uma relação icônica entre estrutura conceptual (representada, aqui, pelo evento de transferência) e estrutura linguística (oração ditransitiva). Para Givón (2001), o fato de que os tipos de oração e sua estrutura argumental característica são, em grande medida, determinados pela classe semântica – e também sintática – do verbo exemplifica a vinculação isomórfica entre forma e função.

Polissemia construcional e convencionalização

Ancorada sobretudo em Goldberg (1995, 2006), Traugott (2008, 2012), Croft (2001) e Bybee (2010), assumo que a construção ditransitiva resulta da convencionalização de um evento de transferência cujo sentido central é “agente faz com que o recipiente receba o paciente”. Com base nesse sentido, o falante estende o uso do padrão estrutural S V OI OD para outros tipos de evento que se afastam do significado associado a verbos de transferência. Desse modo, as instanciações dessa construção são tipicamente associadas a uma família de sentidos afins, e não a um único sentido fixo, o que acarreta polissemia construcional: a mesma forma se liga a sentidos diferentes. Isso se explica pelo fato de que a moldura sintática e as especificações semânticas de uma construção são independentes dos verbos que nela podem ser incluídos ou “fundidos” com ela. Conceitualmente, há incontáveis maneiras de conceber

um dado evento, e uma concepção particular de um evento pode se desviar do cânone em qualquer grau. Linguisticamente, uma variedade de recursos gramaticais, cada um com valores múltiplos agrupados em torno de um protótipo, está disponível como meio alternativo de codificar uma dada concepção. As propriedades objetivas de um evento são conseqüentemente insuficientes para predizer a estrutura gramatical de uma oração que o descreve. A frequência de uso é responsável pela formação e fixação na língua de novas instanciações de uma construção, facilitando o processamento e a análise desses agrupamentos. Portanto, as extensões a partir da construção ditransitiva básica são motivadas e são adquiridas como parte do nosso conhecimento da língua.

A transferência concreta é tomada como o sentido básico porque as outras classes de significados podem ser mais economicamente representadas como extensões desse sentido. Observe-se o dado:

- (7) ah:: eu sei fazer uma torta gelada ... é uma delícia ... aprendi com a minha sogra ... ela que *me ensinou* essa torta ... (D&G/Rio, língua falada)

Pode-se inferir que a transferência abstrata expressa pela oração ditransitiva em (7) foi bem-sucedida, já que a falante aprendeu de fato a fazer a torta gelada.

Dada nossa propensão para interpretar situações novas e/ou abstratas com base em situações bem estabelecidas e/ou concretas, não é raro que um mesmo padrão estrutural seja estendido para outros significados que se afastam do sentido prototípico da construção (cf. LANGACKER, 1991).¹⁷ Assim, nem todos os padrões S V OI OD implicam, necessariamente, que o participante paciente é de fato transferido para o recipiente. Além do sentido central de transferência, Goldberg (1995, p. 38) arrola cinco outros sentidos da construção ditransitiva, extensões metafóricas baseadas no sentido central envolvendo

17 Furtado da Cunha (2009a, 2009b) investiga as propriedades da construção transitiva prototípica, que expressa o evento transitivo prototípico, e aquelas orações codificadas como S V OD que se afastam do protótipo semântico do evento transitivo.

classes de verbos similares.¹⁸ São eles: verbos de *dar*, com condições de satisfação associadas (sentido B, *guarantee, promise*), de *recusa* (sentido C, *refuse, deny*), de *transferência futura* (sentido D, *leave, bequeath*), de *permissão* (sentido E, *permit, allow*), de *criação* e de *obtenção* (sentido F, *build, cook, get, earn*).

Kay (2005) discorda da análise de Goldberg e argumenta que cada sentido da construção ditransitiva corresponde a um conjunto distinto de implicações e se combina com verbos de uma classe semântica distinta. Em vez de postular vários sentidos para a construção, ele propõe três subconstruções máximas: (1) Construção de Recipiente Direto: corresponde ao sentido central de Goldberg e implica que o ator intencionalmente causa o movimento do paciente-tema e que o recipiente realmente recebe o tema; (2) Construção de Recipiente Pretendido: cobre os sentidos B, C, D, E de Goldberg, na medida em que o OI deve ser entendido como beneficiário do recebimento (projetado) do paciente-tema; (3) Construção de Recipiente Modal: equivale ao sentido E e indica que o ato executado pelo ator incorpora uma intenção que envolve de algum modo o recebimento do tema pelo recipiente, mas, em cada subcaso, o evento de recebimento está sujeito a uma ou outra modalidade ou qualificação. A análise de Kay é mais econômica do que a de Goldberg, já que as diferenças em implicação resultam dos significados dos verbos, sem que haja necessidade de multiplicação de construções. Note-se, entretanto, que os sentidos e as classes semânticas de verbos licenciados pela construção são os mesmos nas duas abordagens.

No *corpus* investigado, além dos verbos diretamente vinculados ao sentido central da construção ditransitiva, foram encontrados outros que se afastam, em alguma medida, desse sentido, conquanto a oração em que ocorram se conforme ao padrão ditransitivo. Vejam-se:

18 Em nota, Goldberg (1995, p. 231) esclarece que são os verbos, metaforicamente interpretados, que representam extensões metafóricas do sentido central, já que nem todos as extensões se baseiam no sentido central.

- (8) ... mas aí ele falou com ela e disse que tinham que aceitar né ... tendo em vista que eles estavam **oferecendo tanto dinheiro pra eles** ... (D&G/Natal, p. 277, língua falada)
- (9) ... ela acabou tomando comprimido e tudo pra morrer e nisso ele descobre e ela **deixou um bilhete pra ele** e qualquer coisa assim ... (D&G/Natal, p. 183, língua falada)
- (10) ... então ficou naquele negócio ... ela **fazia as cartas pra pessoa** que ela gostava e ainda tinha que responder de novo pra amiga ... (D&G/Natal, p. 183, língua falada)

A oração ditransitiva em (8) corresponde ao sentido B postulado por Goldberg (1995, p. 38): condições de satisfação implicam que o agente faz com que o recipiente receba o paciente. A transferência só se completa se o recipiente aceitar o oferecimento. No segmento em (9), o verbo *deixar*, usado numa configuração ditransitiva, aproxima-se do sentido D: agente age para fazer com que o recipiente receba o paciente em algum ponto no futuro. O verbo *fazer*, codificado com ditransitivo em (10), está relacionado ao sentido F de Goldberg: agente tenciona fazer com que o recipiente receba o paciente. Com verbos de criação, não há certeza/garantia de que o recipiente necessariamente receberá o objeto criado pelo agente com essa intenção.¹⁹

Como se pode ver pelos dados acima, a construção ditransitiva pode-se associar a um conjunto de sentidos diferentes mas relacionados para cobrir um amplo âmbito de significados. Assim, tanto o verbo *dar* quanto o verbo *prometer* podem ser usados numa estrutura ditransitiva como, por exemplo, em “Flávio **deu um livro a Maria**” e “Flávio **prometeu um livro a Maria**”. Na primeira, o sentido da construção assim como o significado de *dar* implicam que Maria efetivamente recebeu um livro, enquanto a segunda não acarreta, necessariamente, que Maria recebeu o livro.

19 Nem todas as classes semânticas de verbos associadas à construção ditransitiva no inglês ocorreram no *corpus* sob investigação, embora, a princípio, elas sejam compatíveis com a construção ditransitiva no português.

A polissemia construcional a que se referem Goldberg (1995) e Kay (2005) pode ser interpretada nos termos de Traugott (2008), da seguinte maneira: a macro-construção corresponde à construção de estrutura argumental. O conjunto de construções de estrutura argumental, como a construção transitiva, a construção ditransitiva, a construção de movimento causado, a construção resultativa etc., exemplifica as meso-construções. A construção ditransitiva prototípica e todas as orações que apresentam comportamento semelhante, com verbos que se afastam do sentido central da construção ditransitiva (dados 7-10, por exemplo), ilustram as micro-construções, ao passo que as ocorrências reais são o que a linguista identifica como construtos, que aqui denomino *instanciações*.

Observe-se, ainda, que mesmo um verbo prototípico da construção ditransitiva, como é o caso de *dar*, pode originar usos produtivos mais metafóricos, desde que o sentido central de transferência entre um agente intencional e um recipiente “acolhedor/receptivo” se mantenha. A esse propósito, veja (11):

- (11) Eu tive uma crise de garganta muito grande, daquelas, que eu não podia engolir a saliva e nessa fase ele *me deu muito apoio* e eu pude retribuir quando ele teve catapora [...]. (D&G/Natal, p. 266, língua escrita)

Na oração ditransitiva acima, o sujeito (*ele*) age intencionalmente de modo que o referente do objeto indireto (*me*) “receba” o argumento objeto direto (*muito apoio*), concebido como uma entidade concreta. Vale notar que a construção *X dar apoio a Y* se fixou a partir da frequência de uso de *dar* seguido de *apoio*, o que fez com que esses dois itens desenvolvessem uma relação sequencial, metonímica ou *chunk*, nos termos de Bybee (2010). Logo, o processo cognitivo de *chunking*, motivado pela repetição, subjaz à formação de novas instanciações de uma construção, facilitando o processamento e a análise desses agrupamentos. Embora a expressão *dar apoio* seja relativamente fixa, suas partes internas são identificáveis, o que se evidencia pela possibilidade de acrescentar modificadores entre elas (*muito apoio*).

Outros casos de metaforização encontrados no *corpus* são:

- (12) então tinha um cara lá ... esse já era doente ... ele já era tuberculoso ... já tava com os dias contados ... que ele fez ... resolveu antecipar ... resolveu antecipar sua morte ... comprando ... **vendendo sua vida a esse advogado** ... (D&G/Natal, p. 54, língua falada)
- (13) [...], esse menino veio a falecer sendo vítima de um atropelamento. Parecia que a vida estava *lhe roubando a melhor parte de sua própria vida*. (D&G/Niterói, língua escrita)
- (14) ... era bem jovem o cara ... e o cara num ... num ... num ... num sobreviveu ... morreu né ... e **deixou uma frase** ... *pra ele* ... deixou uma frase aí muito interessante e ele ficou encucado ... com aquela frase ... (D&G/Natal, p. 27, língua falada)

Na oração ditransitiva em (12), é o objeto direto do verbo *vender* (*sua vida*) que é interpretado como uma entidade concreta que pode ser transferida para o recipiente (*esse advogado*). Em (13), o sujeito (*a vida*) é conceitualizado como um ser animado, intencional, ao passo que o objeto direto (*a melhor parte de sua própria vida*) é concebido como um bem material. O objeto direto da oração ditransitiva em (14) (*uma frase*) é interpretado como uma coisa que pode ser transferida para o recipiente (*ele*).

Uma restrição ligada ao sentido da construção ditransitiva é a de que o argumento sujeito do verbo seja intencional, para que a transferência possa ser bem-sucedida. Contudo, há ocorrências em que o sujeito não é intencional, como em (13) acima e em (15) a seguir:

- (15) Na natação ganhei preparo, pois é um dos esportes mais completos, mexendo com todos as partes do corpo, *lhe dá resistência e dinamismo* e também para aqueles que aproveitam *lhe dá uma incrível experiência de vida*, [...]. (D&G/Natal, p.219, língua escrita)

Nesse dado, compreende-se que é a natação que dá resistência e dinamismo às pessoas que a praticam. Ou seja, o argumento sujeito da oração ditransitiva é inanimado e, portanto, não intencional. Goldberg (1995) atribui casos como esse à metáfora convencional e sistemática “eventos causais como transferências”.

Por meio dessa metáfora, causar um evento em uma entidade é entendido como transferir o efeito, conceitualizado como um objeto, para essa entidade. O verbo *dar*, aqui, é usado para implicar causação, mas em seu sentido básico ele envolve transferência de um agente para um recipiente. O elo entre esses dois sentidos é fornecido pela metáfora, de modo que o argumento sujeito é a causa de o referente do OI ser afetado, de alguma forma, por “receber” o referente do OD.

Como vimos, o padrão estrutural S V OI OD, cujo sentido central é o de transferência concreta, é estendido de modo a cobrir outros significados. Para explicar a relação de herança entre construções, Goldberg (1995, p. 67) postula princípios psicológicos da organização da linguagem que têm formulações análogas em várias abordagens funcionalistas. Um desses princípios (Princípio da Economia Maximizada) estabelece que o número de construções distintas deve ser minimizado tanto quanto for possível. Assim, as instanciações oracionais com o formato S V OI OD não apresentam todas as propriedades da Construção Ditransitiva, já que o OD nem sempre é um objeto concreto que possa ser transferido para um recipiente humano. Por outro lado, o OI nem sempre desempenha o papel semântico de recipiente, como em:

- (16) ... nesse dia não houve aula e o professor me chamou pra fazer uma limpeza geral no laboratório ... chegando lá ... ele *me fez uma experiência* ... (D&G/Natal, p. 50, língua falada)

A moldura semântica de *fazer* não implica um recipiente, já que esse verbo não designa, necessariamente, um evento de transferência; contudo, ele pode ser usado numa oração ditransitiva, como em (16). Esse argumento “adicional”, que não é exigido, semântica ou sintaticamente, pela valência mínima do verbo, é licenciado pela própria CEA. Dependendo da classe semântica do verbo, as orações ditransitivas produzem diferentes implicações quanto ao papel temático do OI. Nesse dado, o objeto (*me*) desempenha o papel de beneficiário, sendo caracterizado, como o recipiente, pelo traço [+humano].

Temos aqui um caso do que Traugott (2012) chama de “expansão da classe de hospedeiros”, já que verbos que não são de transferência podem ser usados num padrão ditransitivo.

O uso do mesmo padrão sintático – seja S OI V OD seja S V OI OD – para representar cenas diferentes, mas relacionadas, dada a propriedade [+humano] do objeto indireto, resulta em economia linguística. Pode-se, portanto, dizer que a polissemia construcional da construção ditransitiva no português representa um “atalho cognitivo” que é construído socialmente e é capaz de reduzir as demandas do processamento cognitivo. Semanticamente cada uma das instanciações desses padrões sintáticos representa uma cena ligeiramente diferente, com contornos semânticos relativamente distintos.

Se a mesma estrutura é frequentemente repetida, a língua, então, pode convencionalizar essa estrutura por meio do processo de gramaticalização. Nas famosas palavras de Du Bois (1987, p. 851), “as gramáticas codificam melhor o que os falantes fazem mais”.²⁰ Embora se assuma que as extensões de uma construção sejam motivadas, não se pode prever quais extensões são convencionais: elas devem ser memorizadas como parte de nosso conhecimento da língua.

Considerações finais

O formato das CEA fornece um meio de expressão oracional, sendo responsável pelo mapeamento entre sintaxe e semântica. Além da estrutura sintática, uma construção deve especificar papéis argumentais, tais como agente, paciente e recipiente, assim como a interação semântica entre esses papéis. As construções também devem restringir as classes de verbos que podem ser integradas nelas (por exemplo, verbos de transferência), e deve especificar o modo como o tipo de evento verbal se relaciona ao tipo de evento da construção. A moldura sintática e as especificações semânticas de uma construção são, em

20 No original: “[...] grammars code best what speakers do most”.

princípio, independentes dos verbos que podem ser fundidos com ela, embora o evento evocado pelo verbo contribua para a interpretação da oração.

A construção ditransitiva reflete herança por polissemia (GOLDBERG, 1995), em que há relação entre o sentido específico da construção e extensões desse sentido. Nesse caso, o sentido central de transferência concreta da construção ditransitiva é estendido para sentidos relacionados a ele por meio de laços de herança polissêmica, e a configuração sintática do sentido central é então herdada por cada uma das extensões. Desse modo, as construções formam uma rede e são ligadas por relações de herança que motivam muitas das propriedades das instanciações particulares. A motivação por trás disso está no fato de que os falantes buscam regularidades e modelos e tendem a impor regularidades e modelos quando estes não estão prontamente disponíveis. Assim, o padrão sintático S V OI OD está associado a uma família de sentidos relacionados, mais do que a um único sentido.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Constructional polysemy and conventionalization: the case of ditransitive construction. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 77-99, 2013.

ABSTRACT: *This paper examines the polysemy of the ditransitive construction founded on theoretical and methodological assumptions of Usage-based Functional Linguistics, which considers grammar as the product of the structuring of socio-communicative and cognitive aspects of language. Grounded mainly in Goldberg (1995), Traugott (2008) and Bybee (2010), I argue that the ditransitive construction results from the conventionalization of an event of transfer, which has the central meaning: “agent makes recipient to receive patient”. From this sense, the language user extends the usage of the structural pattern S V IO DO to other types of event that deviate from the meaning associated with verbs of transfer. The database for this study is the Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), from Rio de Janeiro (VOTRE; OLIVEIRA, 1998a) and from Niterói (VOTRE; OLIVEIRA, 1998b). Two discourse patterns were examined: spoken and written narratives and procedural texts, produced by 8th grade students (from 13 to 16 years old) and university seniors (over 23 years old).*

KEYWORDS: *Ditransitive construction. Polysemy. Conventionalization. Functional Linguistics.*

Referências

- BERLINCK, R. de A. The Portuguese dative. In: BELLE, W. V.; LANGENDONCK, W. V. (Ed.) **Case and grammatical relations across languages**. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 119-151.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- CHAFE, W. **Significado e estrutura lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. **Language**, v. 63, p. 805-855, 1987.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Complements of verbs of utterance and thought in Brazilian Portuguese narratives. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 11, n. 2, p. 3-34, 2012.
- _____. A gramática da oração: estruturas argumentais preferidas. In: OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do (Org.). **Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências**. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009a. p. 37-54.

_____. A transitividade em gêneros textuais narrativos: implicações para o ensino. In: SIGET, V, Natal, 2009. **Anais...** O ensino em foco. Caxias do Sul: EDUCS, 2009b. p. 70-86.

_____. O complemento dos verbos de enunciação. **Revista Lingüística**, v. 2, n. 1, p. 69-84, 2006.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). **Corpus Discurso & Gramática** – a língua falada e escrita na cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A. BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). **Linguística centrada no uso** – uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2013. p. 13-39.

GARCÍA-MIGUEL, J. M.; COMESAÑA, S. Verbs of cognition in Spanish: Constructional schemas and reference points. In: SILVA, A. S. de; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). **Linguagem, cultura e cognição**. v. 1. Coimbra: Almedina, 2004.

GIVÓN, T. **Syntax**. A functional typological introduction. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, A. E. **Constructions at work**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, P. J. Causes and effects. **CLS**, v. 21, p. 67-88, 1985.

KAY, P. Argument structure constructions and the argument-adjunct distinction. In: FRIED, M.; BOAS, H. (Ed.). **Grammatical constructions**: Back to the roots. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 71-98.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive linguistics**. v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

MALCHUKOV, A.; HASPELMATH, M.; COMRIE, B. Ditransitive constructions: a typological overview. In: MALCHUKOV, A.; HASPELMATH, M.; COMRIE, B. (Ed.). **Studies in ditransitive constructions: A comparative handbook**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 1-64.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

NOËL, D. The nominative and infinitive in Late Modern English: a diachronic constructionist approach. **Journal of English Linguistics**, v. 36, n. 4, p. 314-340, 2008.

ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Ed.). **Construction grammars: Cognitive grounding and theoretical extensions**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

REDDY, M. J. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284–310.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language**. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

_____. (Ed.). **The new psychology of language**. v. 1. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C. The status of onset contexts in analysis of micro-changes. In: KYTÖ, Merja (Ed.). **English corpus linguistics**: Crossing paths. Amsterdam: Rodopi, 2012. p. 221-255.

_____. Grammaticalization and construction grammar. **Studies in Historical Linguistics**, v. 1, p. 235-264, 2008.

_____. Pragmatic strengthening and grammaticalization. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTIC SOCIETY, 14th, Berkeley, 1988. **Proceedings...** 1988. p. 406-416.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Org.) **A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998a. (Mimeo).

_____. **A língua falada e escrita na cidade de Niterói**. Niterói: UFF, 1998b. (Mimeo).